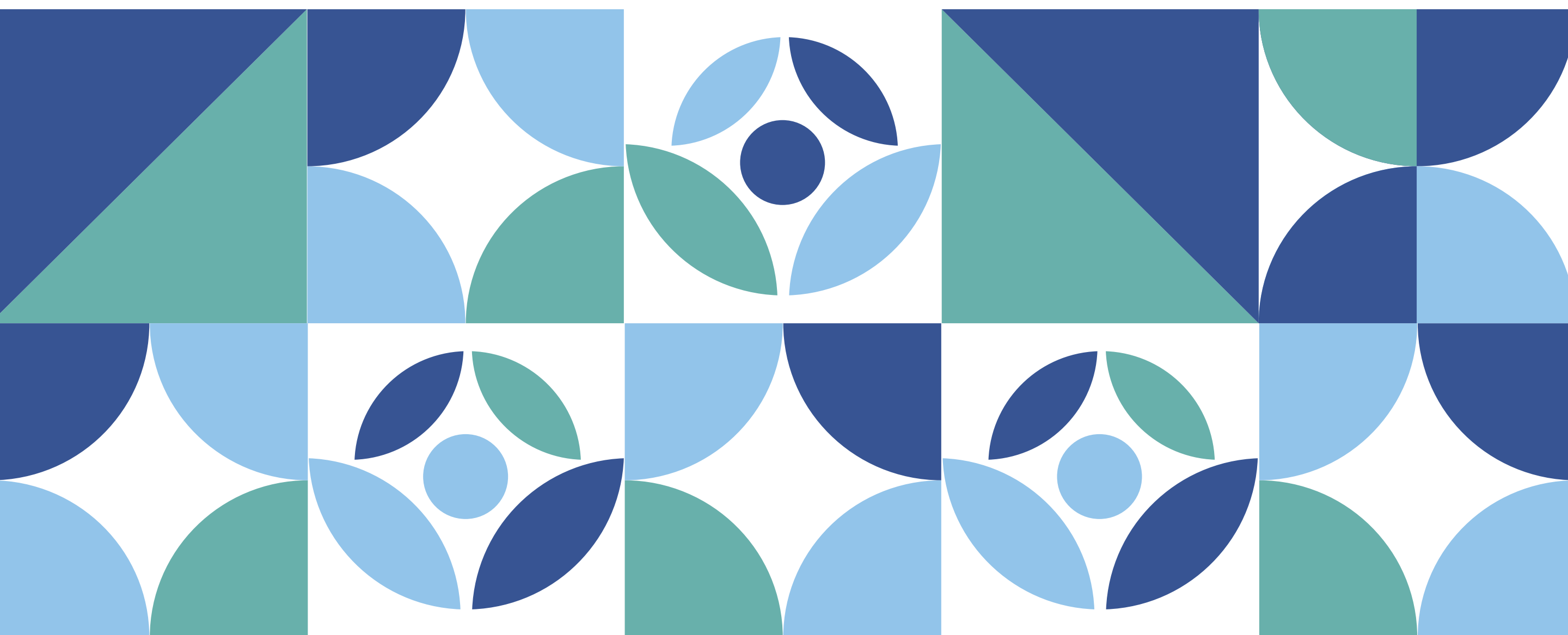


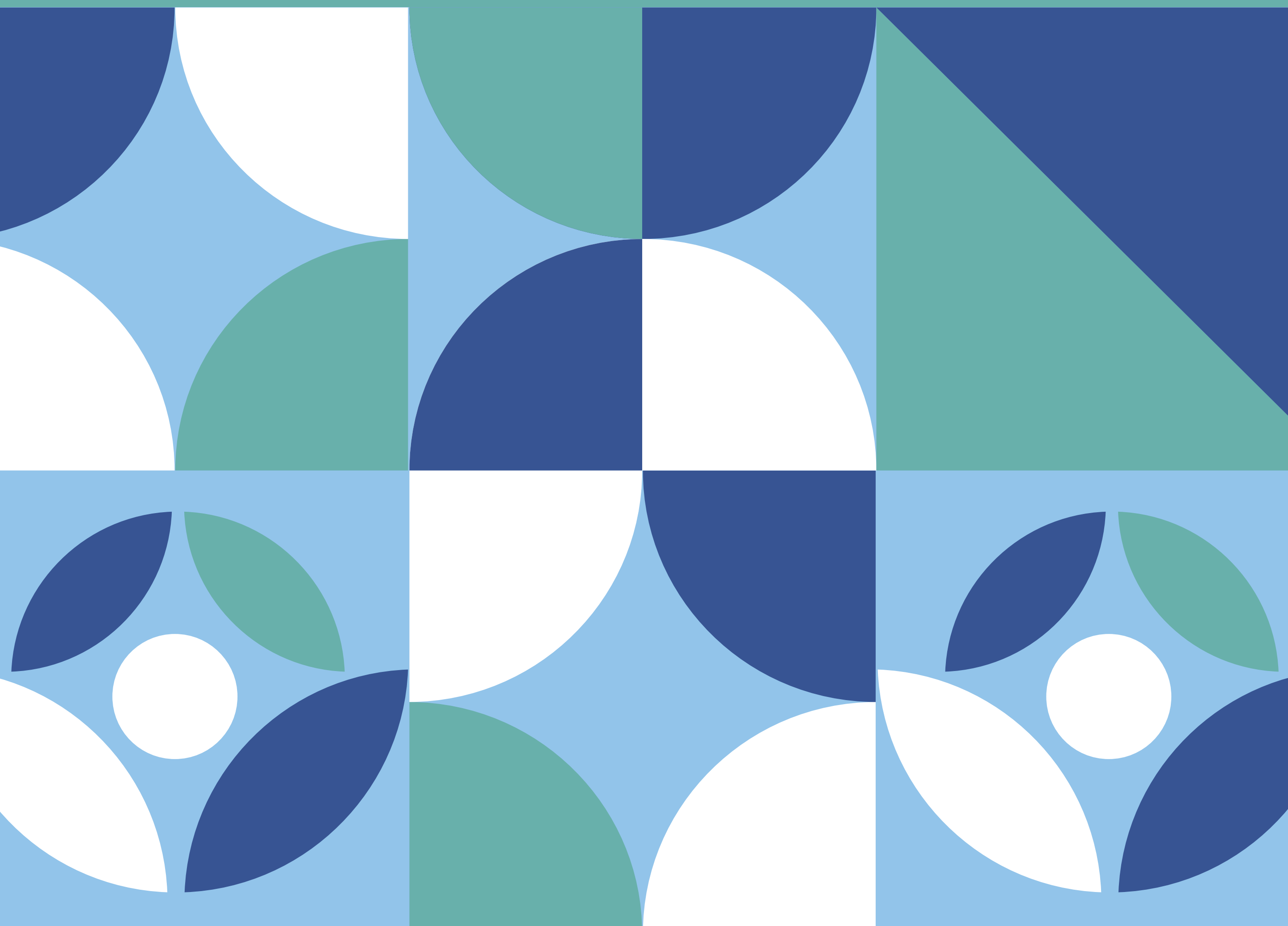
Especial

# 100 dias de governo



FUNDAÇÃO  
**MILTONCAMPOS**

# O cidadão quer soluções



Em 2020, o campo político de centro-direita foi o grande vencedor das eleições municipais. O Progressistas, em especial, saltou de 495 gestores eleitos, em 2016, para 683, em 2020. Somos a segunda sigla com mais prefeitos no Brasil – e isso não é por acaso.

Mais do que tradição e estrutura partidária, outro ingrediente fundamental está presente neste resultado: o momento político que o país atravessa favorece os líderes que possuem a nossa visão de Estado.

Quando impôs severa derrota à esquerda, majoritariamente a população brasileira manifestou seu apreço por um sistema econômico que respeite as regras de livre mercado, promova a geração de riqueza para todos e a consequente redução da desigualdade social. É algo que está descrito, inclusive, em nosso manifesto, o que demonstra que a doutrina partidária progressista está alinhada aos anseios dos brasileiros.



Foto: Filipe Frazao/iStockphoto



Entretanto, não é a ideologia pura que move os cidadãos desta nação. Convém lembrar que, em 2006, o Brasil deu robusta vitória à esquerda. E isso não ocorreu porque os brasileiros são adeptos dos ideários socialista e comunista, e sim porque a temporária estabilidade política e econômica melhorou a vida das pessoas durante um curto período. Quando as políticas públicas do Governo Dilma se mostraram ineficientes e o Brasil mergulhou em uma crise política, econômica e institucional, a população, majoritariamente, transferiu o poder à centro-direita e à direita. Simples assim!

Fica evidente que o que move as pessoas são as soluções para os problemas do cotidiano. O voto, na maioria das vezes, é movido por um sentimento de esperança. O cidadão quer o médico no posto, a rua iluminada e sem buracos, a escola de qualidade. Quer desenvolvimento e trabalho digno para sustentar a família. Quando percebe que aquele projeto político lhe dá esta esperança, vota. Quando a esperança se transforma em descrença, muda de lado.

Por isso, é hora de menos discurso e mais trabalho! Trabalho que contribua para a condução do país no pós-pandemia, atraia investimentos e gere desenvolvimento e renda aos brasileiros. Trabalho que reduza a burocracia, enxugue a máquina pública e propicie a prestação de serviços de melhor qualidade ao cidadão.

Trabalho pelas pessoas. Pois são elas a razão da existência do Progressistas.



# A redução da máquina pública passa pelos municípios



Após um ano de pandemia, a dívida pública do país cresceu 15% em 2020, alcançando 89,3% do PIB – R\$ 6,6 trilhões. O número é o maior da série histórica do Banco Central, iniciada em 2006. Se antes a margem de endividamento já estava extremamente reduzida, a terceira onda do coronavírus, que forçou a tomada de novas medidas econômicas, trouxe ainda mais aperto fiscal ao país. Temos uma conta cara para pagar e é preciso achar espaço no orçamento.

Por isso, gestores públicos de todas as esferas precisam fazer sua parte. A responsabilidade não pode ser terceirizada apenas para o governo federal. Os prefeitos, assim como os governadores, devem reduzir gastos desnecessários e investir somente naquilo que é prioridade para a população. E sabemos que administrações enxutas e eficientes estão no DNA progressista.

Empresas privadas enfrentam o mesmo cenário econômico adverso e apostam na transformação digital para otimizar serviços



Foto: Ranimiro Lotufo Neto/iStockphoto

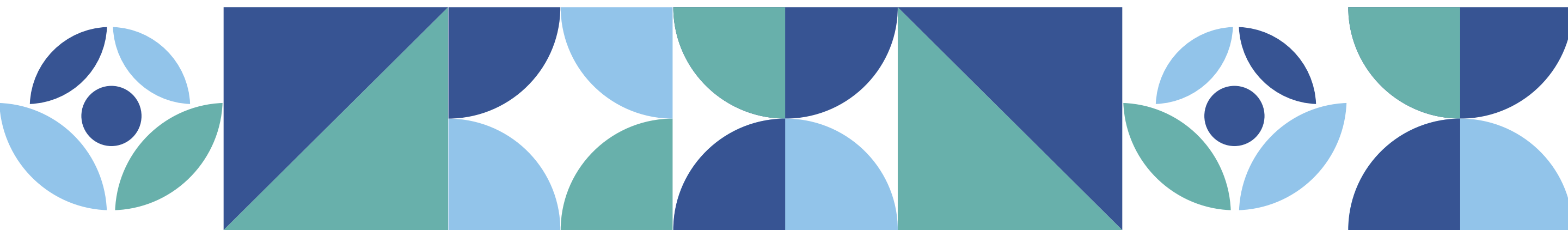


e reduzir custos. Nesta esteira, a simplificação de processos e a digitalização de serviços é um caminho para qualificar o serviço prestado aos cidadãos sem onerar os cofres públicos.

Muitos municípios também têm apostado nas Parcerias Público-Privadas. Uma forma é por meio de editais que concedem determinados serviços para a exploração comercial pelas empresas, com a conseqüentemente necessidade de investimentos substanciais em melhorias e conservação do patrimônio público. Outra possibilidade é a simples adoção de espaços públicos, onde as empresas realizam pequenos restauros em troca da publicidade do ato. As duas formas visam o mesmo objetivo: economizar dinheiro público por meio da redução de contratos de manutenção ou execução de projetos, sem que isso signifique ausência de prestação de serviços.

Por fim, algo que todos os prefeitos devem fazer é uma reorganização administrativa geral. Reduzir secretarias, recrutar servidores cedidos a outros poderes e órgãos, otimizar rotinas, reavaliar estruturas, organograma e fluxos de trabalho, entre outras ações que elevarão a produtividade do serviço público, sem que isso implique em demasiada elevação de gastos com pessoal – concursados, comissionados ou terceirizados.

Esse fôlego financeiro será útil na reestruturação de serviços necessária no pós-pandemia, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico.



# O parlamento como aliado





Os primeiros meses de um governo são o tempo mais propício para a realização de grandes reformas. Primeiro, porque o apoio popular angariado nas urnas ainda é um ativo valioso para o prefeito, vice e vereadores. Segundo, porque a base recém-formada ainda está coesa, o que reduz o risco de defecções.

Nessas horas, a boa comunicação com a base é fundamental. Com a base! Não apenas com a imprensa ou nas redes sociais. Os vereadores foram eleitos para opinar sobre os rumos do município e precisam ser consultados, já que têm legitimidade para isso.

Portanto, logo que os projetos forem concluídos pela equipe técnica, é dever do prefeito, ou do secretário responsável pela articulação política, chamar os vereadores – primeiro os da base, depois avaliar reuniões até mesmo com os parlamentares de oposição – para apresentar-lhes o teor das propostas. Isso evita informações distorcidas e interpretações equivocadas.



Foto: scyther5/iStockphoto



Logo em seguida, convém deixar técnicos e agentes políticos à disposição dos vereadores para dirimir todas as dúvidas e questionamentos que ocorrerem durante o processo. Quanto maior for o potencial de polêmica do projeto, mais a população irá questionar os vereadores. Se queremos que eles realizem a defesa e votem favoravelmente às iniciativas, é fundamental oferecer informações ágeis e precisas.

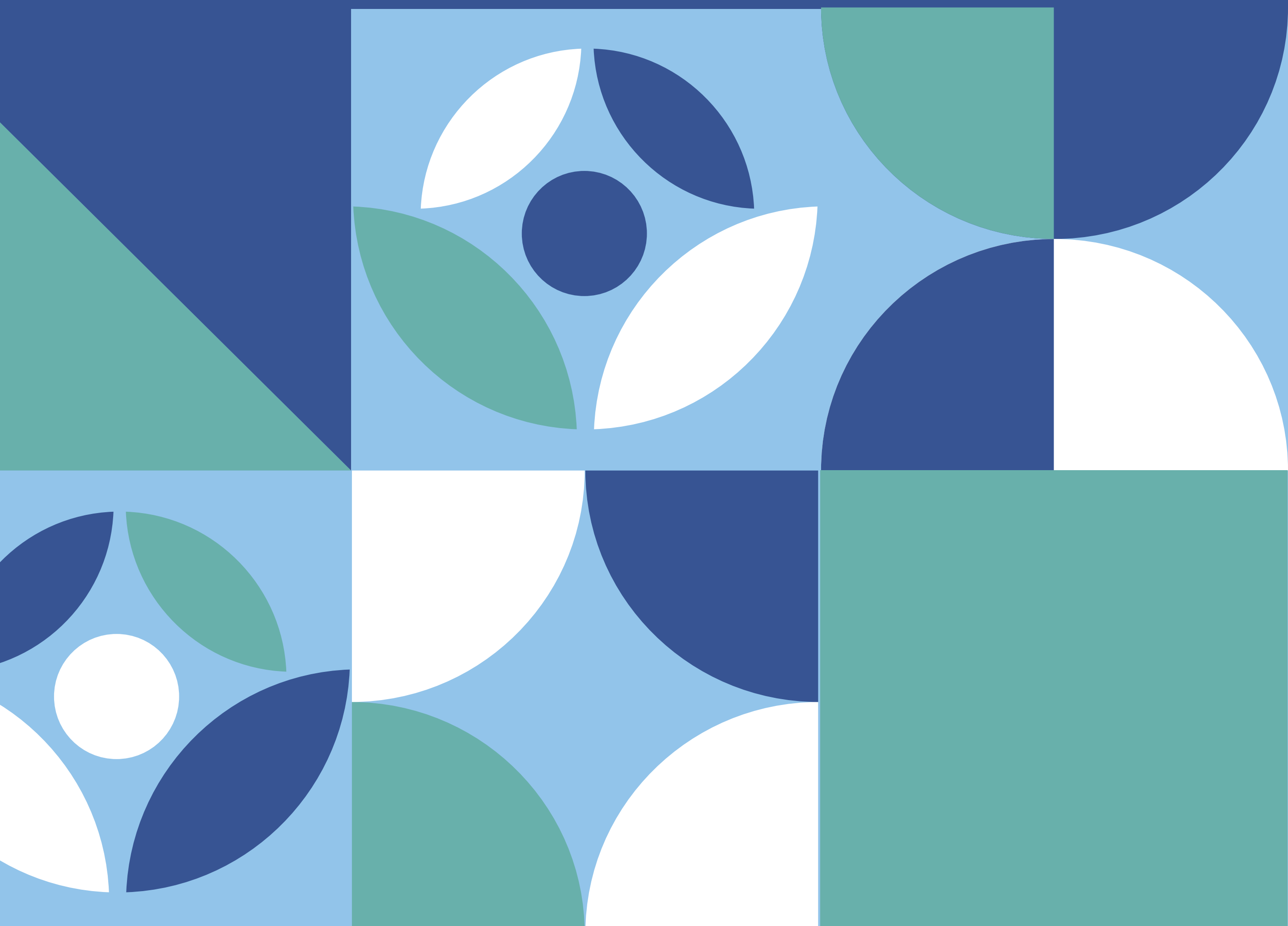
Por fim, cabe ao governo fazer a sua parte. Quando o prefeito e os secretários se omitem, automaticamente passam à base o recado de que a matéria é indefensável. E aí o vereador se questiona: “se nem o governo defende, por que vou me desgastar?”.

Quando um prefeito é eleito, ele quer o melhor para a sua comunidade. Mas nem sempre a decisão é fácil. Todos nós gostaríamos de apenas inaugurar obras, entregar novos veículos e ampliar os serviços entregues à sociedade. Mas, para isso, é preciso dinheiro. E em um cenário de crise, mais do que nunca, são necessários ajustes de caixa que garantam a saúde financeira dos municípios no médio e longo prazo.

Mas aos gestores, um alento: parte considerável da população compreende a necessidade que os governos possuem de ajustar as contas. Se antes a pauta fiscal era um drama, hoje ela não apenas é compreendida, como pode garantir apoio.



# O apoio precioso que vem de outros poderes



Na maioria das vezes, os recursos dos impostos municipais ou transferências constitucionais e legais não são suficientes para realizar investimentos. Assim, quem quer fazer mais precisa buscar mais dinheiro.

Neste contexto, as chamadas transferências voluntárias – que ocorrem principalmente por meio de convênios, emendas parlamentares e contratos de financiamento com contrapartida – são a alternativa mais viável aos municípios.

As prefeituras que obtêm maior taxa de sucesso na captação e aplicação dos recursos costumam ter equipes dedicadas exclusivamente à confecção e execução de projetos. Essa centralização amplia o controle, padroniza os fluxos e processos, otimiza o aproveitamento da equipe técnica e amplia a efetividade do processo.



Foto: Jolkesky/iStockphoto



Uma tarefa primordial, que deve ser executada pelas equipes técnicas, é o mapeamento permanente dos editais e programas que estão com recursos disponíveis. Em um cenário onde as torneiras do setor público secaram, saber encontrar boas alternativas é fundamental.

Cabe ressaltar, entretanto, que tão importante quanto a técnica é a representatividade política. Lideranças fortes são decisivas na conquista de recursos de emendas parlamentares e na articulação junto a secretarias de governo e ministérios. Nessas horas, integrar um partido estruturado e representativo como o Progressistas faz toda a diferença. Possuímos 41 deputados federais, sete senadores e dezenas de deputados estaduais e secretários de Estado.

Uma alternativa que também é muito utilizada pelos municípios é a realização de investimentos com recursos de multas aplicadas por outros órgãos, sobretudo o Poder Judiciário e o Ministério Público. E aí, novamente é necessário protagonismo político e institucional do prefeito e sua equipe para realizar essa captação.

Por fim, um movimento que cresce cada vez mais são as Parcerias Público-Privadas. Diversos governos estaduais e municipais estruturaram até mesmo secretarias com esse fim. Nessa modelagem, o investimento costuma ocorrer com maior rapidez.



# Não deixe a comunicação para o fim



De forma geral, líderes políticos até reconhecem a importância da comunicação institucional. O problema é que, não raro, isso acontece somente na metade final do governo. E aí, muitas vezes, não há tempo para mais nada.

A grande diferença reside na relevância que o gestor costuma dar ao tema. Quando a comunicação é tratada como o departamento que “divulga” o que o governo faz, de fato torna-se acessória. Mas quando a área tem ascendência sobre os rumos da gestão e cumpre papel estratégico, pode fazer a diferença.

Os tempos em que vivemos são outros. As redes sociais ampliaram a difusão de vozes e trouxeram complexidade ao processo. Antes, falar para o jornal, a rádio ou a televisão automaticamente serviam para que o político se comunicasse com a sociedade. Agora, não basta ser ouvido. É preciso ser percebido. E isso só ocorre quando o gestor “fala a língua das pessoas”.



Foto: PeopleImages/iStockphoto



Mesmo em época de descrença, o período eleitoral costuma reatar a conexão entre político e cidadão. E, geralmente, por trás disso existe a comunicação. Durante a campanha, é ela que modula o discurso e ajusta a mensagem ao modo que o eleitor deseja recebê-la. O cidadão quer saúde, educação, segurança, infraestrutura e emprego. O político se compromete com isso na campanha, mas depois de eleito, muitas vezes passa a dialogar apenas com os pequenos grupos e corporações que têm acesso aos gabinetes. Ao deixar de ouvir a maioria silenciosa, cria um abismo entre o gabinete e as ruas. É um descompasso que muitas vezes não tem volta.

Manter intacto esse elo entre governo e sociedade é o papel da comunicação. Ela pode ajudar a sistematizar os compromissos de campanha e formatá-los em programas de governo, com objetivos e entregas. Pode filtrar as demandas que chegam das redes sociais, encaminhar aos setores responsáveis e fazer com que as pessoas sejam realmente ouvidas pelo Poder Executivo. Pode garantir a necessária transparência aos atos de gestão e explicá-los, de modo que a população compreenda as decisões tomadas pelo governo.

Não há tempo melhor para estruturar isso do que os primeiros meses de gestão. É quando pode ser formulada uma política de comunicação, onde conste as prioridades de cada área e a forma com que o governo quer ser visto pela sociedade. Os legados que a administração quer deixar à cidade, a definição dos porta-vozes, a sistemática de comunicação interna, a definição de fluxos e processos, tudo isso passa por um planejamento comunicacional.

Converse com o cidadão quando ele ainda quer ouvir. Se deixar para depois, o trabalho é dobrado.







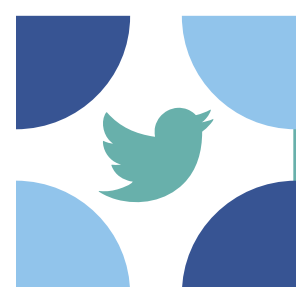
## Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais



**/fmcmltoncampos**



**@fmcmltoncampos**



**@FMCMiltonCampos**



**Fundação Milton Campos**

Especial 100 Dias de Governo - Fundação Milton Campos

